

Relatório Anual 2023

CATALISAR A MUDANÇA



ÍNDICE

- 2** Prefácio
- 3** Quem somos
- 5** O que fazemos para eliminar o trabalho infantil
- 7** Apoiar os Estados
- 9** Apoiar as empresas
- 11** Apoiar as comunidades
- 13** Destaques de 2023
- 15** Onde trabalhamos em 2023
- 17** Indonésia
- 19** Maláui
- 21** Moçambique
- 23** Tanzânia
- 25** Uganda
- 26** Guatemala
- 26** EUA
- 27** Zimbabué
- 29** Acompanhar os nossos progressos
- 31** A nossa plataforma de e-learning
- 33** Contas financeiras
- 34** A Fundação ECLT



PREFÁCIO

2023 foi um ano marcante para a Fundação ECLT. Com o seu apoio, continuámos a ter um impacto positivo nas crianças e nos agricultores dos países onde operamos. O nosso trabalho de investigação, sensibilização, reforço de capacidades e assistência técnica conduziu a avanços significativos na abordagem de algumas das questões sistémicas que perpetuam o trabalho infantil.

Apresentámos uma nova estratégia, lançámos uma academia de e-learning, renovámos o nosso modelo de negócio e desenvolvemos uma Matriz de Risco de Priorização de Países para avaliar e dar prioridade aos países com base no risco de trabalho infantil.

Simultaneamente, os regulamentos obrigatórios de dever de diligência em matéria de direitos humanos, particularmente na UE, ganharam ímpeto, tendo-se intensificado o enfoque no trabalho infantil nas cadeias de abastecimento agrícolas mundiais. Estes desenvolvimentos enfatizam ainda mais os nossos objetivos estratégicos para 2023: aumentar a capacidade dos Estados para criar sistemas sólidos de proteção das crianças, reforçar as capacidades das empresas e implementar projetos baseados em evidências para acabar com todas as formas de trabalho infantil nas comunidades agrícolas.

Apoiar a capacidade dos Estados

Em 2023, a Fundação ECLT continuou a apoiar os Estados a reforçarem a capacidade de criar sistemas sólidos de proteção das crianças nas comunidades agrícolas. No final do ano, os Estados colaboradores tinham concluído as avaliações de referência das políticas de trabalho infantil e dos sistemas de dever de diligência do agronegócio. Além disso, duas entidades reguladoras do tabaco adotaram Códigos de Práticas de Trabalho Agrícola que estabelecem normas mínimas em matéria de trabalho e de direitos humanos nas explorações agrícolas onde se cultiva tabaco nos respetivos países.

Em linha com os objetivos da nossa estratégia 2023-2027, acreditamos que o reforço da capacidade dos Estados, bem como um ambiente propício às políticas, normas e regulamentação, constituem pré-requisitos para quaisquer esforços sustentáveis com vista a eliminar o trabalho infantil na agricultura.

Apoiar a capacidade das empresas

Lançámos uma academia de e-learning para melhorar as competências dos profissionais dos setores do tabaco e do agronegócio, reforçando o nosso compromisso de fortalecer as capacidades das empresas para a consecução das metas 4 e 8.7 dos ODS. Realizámos também webinars técnicos sobre o trabalho infantil na agricultura e congratulámo-nos com a Diretiva da UE relativa ao dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade (CS3D), que enfatiza a importância da nossa Promessa de Compromisso e nos conduziu a iniciar um inquérito de avaliação ao longo do ano.

Implementar projetos integrados de base local

Implementámos projetos de base local nos principais países produtores de tabaco. No Maláui e nos EUA, criámos parcerias com instituições nacionais para compreender melhor o trabalho infantil nas comunidades agrícolas. Em Moçambique, lançámos um sistema piloto de monitorização e remediação do trabalho infantil e desenvolvemos um programa de formação de competências. No Zimbabué, apoiámos a entidade reguladora na criação de uma linha de apoio para denunciar o trabalho infantil e outras práticas laborais abusivas e monitorizámos o cumprimento das normas de trabalho em 2000 explorações agrícolas.

Encontramo-nos expectantes para continuar a colaborar com os nossos parceiros, contribuidores, empresas, sindicatos, associações de agricultores e a sociedade civil em 2024 e nos anos que se seguirão.



Michiel Reerink
Presidente do Conselho
de Administração
Fundação ECLT



Dr. Innocent Mugwagwa
Diretor Executivo
Fundação ECLT

QUEM SOMOS

A Fundação ECLT trabalha no sentido de alcançar uma agricultura sem qualquer forma de trabalho infantil: um mundo com comunidades agrícolas prósperas onde as crianças vão à escola e se desenvolvem num ambiente seguro. A nossa convicção é que o estímulo de capacidades e o estabelecimento de parcerias duradouras é a abordagem mais eficaz para combater as causas subjacentes ao trabalho infantil.

Reunimos as principais partes interessadas para combater o trabalho infantil nas comunidades produtoras de tabaco e na agricultura. Somos membros do Pacto Global da ONU e detemos um estatuto consultivo especial junto do Conselho Económico e Social da ONU.



A nossa visão

Agricultura sem qualquer forma de trabalho infantil.



A nossa missão

A Fundação ECLT catalisa o poder dos Estados, das empresas e das comunidades na ação coletiva para eliminar todas as formas de trabalho infantil na agricultura.



Os nossos objetivos

1. Apoiar os Estados a reforçarem a capacidade de criar sistemas sólidos de proteção das crianças nas comunidades agrícolas.
2. Apoiar as empresas por forma a aumentar a sua capacidade de combater todas as formas de trabalho infantil nas comunidades agrícolas.
3. Apoiar a implementação de soluções baseadas em evidências para que as partes interessadas acabem com todas as formas de trabalho infantil nas comunidades agrícolas.



O QUE FAZEMOS PARA ELIMINAR O TRABALHO INFANTIL

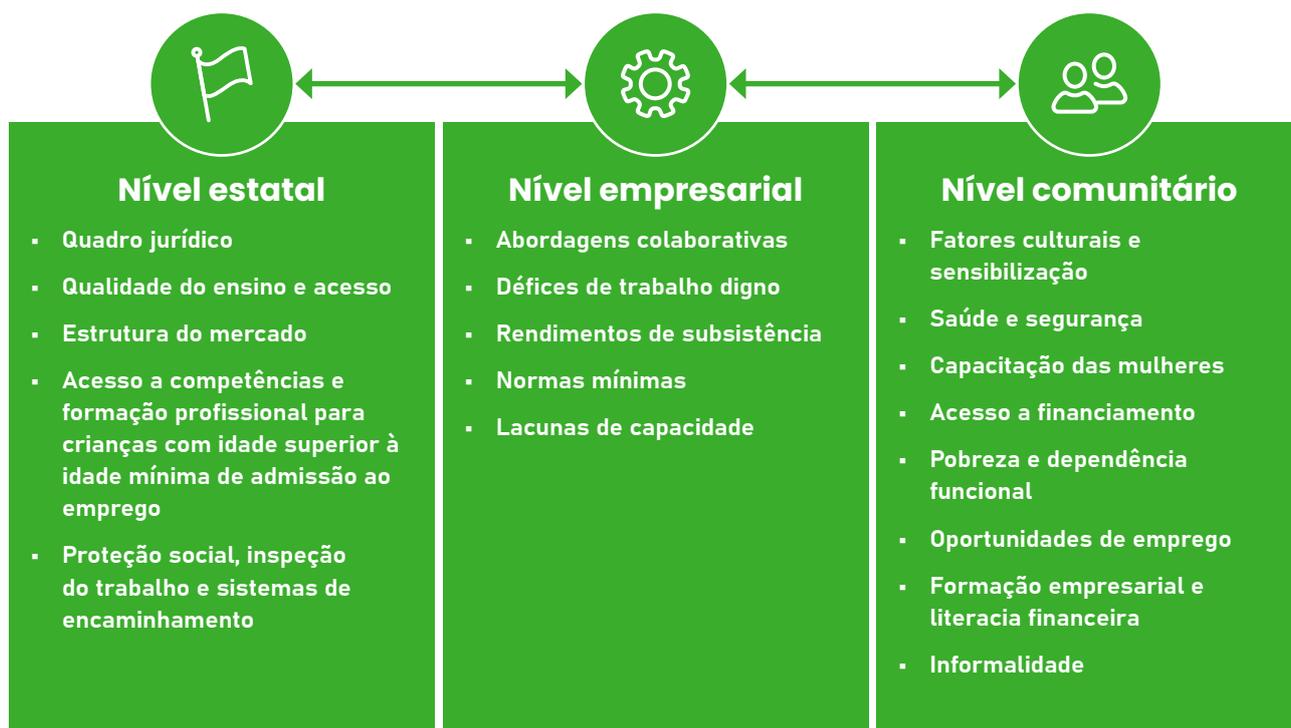
O trabalho infantil na agricultura tem inúmeras causas e consequências, em geral motivadas pela informalidade generalizada, pela pobreza, por lacunas legislativas, pela falta de acesso a oportunidades de trabalho digno para crianças com idade superior à idade mínima de admissão ao emprego, por salários inadequados para satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores agrícolas, por rendimentos insuficientes para permitir a geração de despesas discricionárias por parte dos agricultores, por sistemas de proteção social débeis e pela ausência ou insuficiente acesso a um ensino público gratuito e de qualidade.

Neste contexto, a proteção das crianças e a prevenção do trabalho infantil implicam a adoção de uma abordagem holística que considere os direitos das crianças como sendo interrelacionados, interdependentes e interligados, reconhecendo simultaneamente que os direitos das crianças podem ser violados - mas também defendidos - por um conjunto de responsáveis no seio da família, das empresas, da comunidade, do governo e da comunidade internacional. Nesta situação, a indispensável mudança social em grande escala necessária para que todas as crianças sejam protegidas do trabalho infantil é o fruto de uma melhor coordenação intersetorial mais do que de intervenções isoladas.

Na abordagem ECLT, as crianças (titulares de direitos) e os responsáveis pelo dever (pais, tutores, agricultores, governos e outras instituições) são envolvidos de forma significativa na abordagem de todas as formas de trabalho infantil nas zonas agrícolas.

A Fundação ECLT prossegue uma abordagem integrada baseada nos direitos humanos para eliminar o trabalho infantil, a qual inclui o reforço das famílias e o combate às normas sociais nefastas que perpetuam o trabalho infantil, a promoção de uma conduta empresarial responsável e o reforço dos sistemas jurídicos, de proteção das crianças e de informação para o restringir.

A nossa abordagem reconhece que o trabalho infantil resulta de falhas em três níveis interligados:



PORQUE FAZEMOS O QUE FAZEMOS

A Fundação ECLT trabalha para catalisar o poder dos Estados, das empresas e das comunidades na ação coletiva para eliminar todas as formas de trabalho infantil na agricultura.

Trabalhamos com os Estados pelo facto de determinadas lacunas na governação, tais como a falta de um ensino de qualidade e uma inadequada proteção social, serem frequentemente das principais causas do trabalho infantil. As empresas, as iniciativas das várias partes interessadas e as ONG não podem substituir o governo no cumprimento destes deveres essenciais do Estado. Deste modo, a participação e a colaboração efetivas com o Estado são essenciais para os nossos esforços que visam fazer uma diferença positiva na luta contra o trabalho infantil.

O segundo pilar do nosso trabalho implica apoiar as empresas a eliminar o trabalho infantil. Acreditamos que a responsabilidade das empresas pode desempenhar um papel fundamental para acabar com o trabalho infantil. Quando as empresas assumem a responsabilidade pelas condições de trabalho ao longo das suas cadeias de abastecimento, podem identificar e combater mais eficazmente o trabalho infantil e outras práticas laborais abusivas.

Porém, muitas vezes as empresas não dispõem das competências, da capacidade ou de todas as ferramentas necessárias para enfrentarem sozinhas questões sociais complexas como o trabalho infantil. Por esse motivo, a colaboração com as empresas é essencial para a transferência de competências, a intensificação das ações e a eliminação sustentável do trabalho infantil nas cadeias de abastecimento.

Por último, trabalhamos a nível comunitário: promovendo a educação, incentivando a poupança e testando novas abordagens para melhorar os rendimentos e os meios de subsistência dos agricultores. Este trabalho é essencial porque nos proporciona evidências para uma aprendizagem conjunta com os Estados e as empresas tendo em vista a sua adoção e expansão.



APOIAR OS ESTADOS

Reforçar a capacidade dos Estados para criar sistemas sólidos de proteção das crianças nas comunidades agrícolas



Reforçar a capacidade dos Estados

Uma das principais razões pelas quais o trabalho infantil existe é o facto de os Estados não poderem ou não quererem cumprir os direitos das crianças. Reforçamos a capacidade dos Estados, entre outras coisas, através da:

- Implementação de sistemas de monitorização do trabalho infantil
- Promoção do diálogo social sobre questões fulcrais como a educação, a proteção social, os mercados de trabalho e as normas jurídicas
- Criação e atualização de listas de tarefas perigosas relacionadas com o trabalho infantil
- Facilitação de parcerias público-privadas para intensificar as abordagens integradas de base local, assegurando que as crianças das comunidades agrícolas têm um melhor acesso aos mecanismos de proteção social e de encaminhamento financiados pelo Estado
- Prestação de apoio ao desenvolvimento e implementação de Planos de Ação Nacionais para a Eliminação do Trabalho Infantil.



Assistência técnica e reforço das capacidades das entidades reguladoras

Com o intuito de garantir a adoção de práticas comerciais responsáveis em toda a indústria do tabaco e no setor agrícola em geral, a Fundação ECLT presta uma ampla assistência técnica e desenvolve capacidades para reguladores, grupos do setor e plataformas de múltiplas partes interessadas. As nossas iniciativas visam:

- Reforçar a capacidade, a colaboração e a coordenação entre as partes interessadas
- Abordar questões sistémicas para promover uma conduta empresarial responsável entre todos os produtores e contratantes
- Impedir a deslocação do trabalho infantil.

Por exemplo, em 2023, orientámos a adoção de Códigos de Práticas de Trabalho Agrícola (ALP) a nível setorial no Maláui e no Zimbabué, incluindo formação e reforço de capacidades abrangentes, e desenvolvemos sistemas de medição e informação para monitorizar os progressos. Estes esforços visavam alcançar uma massa crítica na redução do trabalho infantil e na promoção de práticas sustentáveis na indústria do tabaco.



Assinatura do Memorando de Entendimento com a República do Zimbabué



MALAWI TOBACCO INDUSTRY AGRICULTURE LABOUR PRACTICES CODE



TOBACCO INDUSTRY AND MARKETING BOARD

AGRICULTURAL LABOUR PRACTICES CODE

2023/2024 SEASON



APOIAR AS EMPRESAS

Combater o trabalho infantil nas comunidades agrícolas

Trabalhar com as empresas para melhorar as políticas e práticas de trabalho infantil nas cadeias de abastecimento

Colaboramos com o agronegócio para combater as causas profundas do trabalho infantil nas cadeias de abastecimento. Por exemplo, em 2023, prestámos assistência técnica ao Ministério de Estado, Gabinete do Primeiro-Ministro - Trabalho, Juventude, Emprego e Pessoas com Deficiência (PMO-LYED) para a realização de um inquérito de base sobre as políticas e práticas de trabalho infantil das empresas que operam nos subsectores do chá, tabaco, algodão, castanha de caju, sisal e café na Tanzânia.

Em Moçambique, concebemos um projeto para dotar os jovens com idade superior à idade mínima de admissão ao emprego de competências profissionais que lhes permitam ter acesso a oportunidades de trabalho digno.



Apoiar a Promessa de Compromisso

Para reforçar o nosso compromisso com a eliminação do trabalho infantil, a Fundação ECLT apoia os esforços dos signatários da Promessa de Compromisso. Em consistência com os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, a Promessa de Compromisso constitui um quadro para os nossos contribuidores alinharem, reforçarem e, sempre que necessário, expandirem as atuais políticas e práticas de combate ao trabalho infantil na cultura do tabaco.

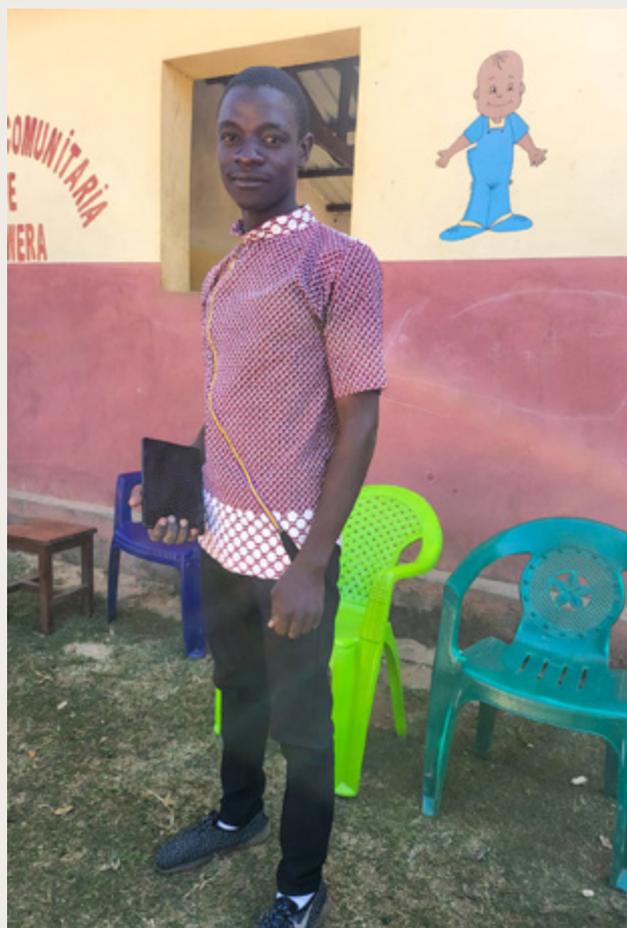
Em 2023, lançámos o terceiro inquérito de autoavaliação para fazer uma retrospectiva sobre os progressos realizados pelos signatários da Promessa de Compromisso desde 2014. Os resultados da autoavaliação irão também transmitir informações sobre as prioridades e ambições dos signatários da Promessa de Compromisso para a próxima década de implementação.

Implementação de Sistemas de Monitorização e Remediação do Trabalho Infantil (CLMRS)

A Fundação ECLT é pioneira na adaptação e utilização de sistemas de monitorização e remediação do trabalho infantil (CLMRS) no setor do tabaco.

Amplamente utilizados no setor do cacau, os CLMRS são criados em torno de mediadores da comunidade que visitam os agregados familiares, sensibilizam para os perigos do trabalho infantil e identificam as crianças que realizam trabalhos perigosos. Se se verificar que uma criança se encontra em situação de trabalho infantil, esta é registada no sistema e é prestado apoio à criança, à família e à comunidade.

Em 2023, continuámos a implementação do projeto-piloto CLMRS em Moçambique. No final de 2023, estavam registadas no sistema 2473 crianças, que serão monitorizadas no futuro.



Agente CLMRS em Moçambique



E-learning e formação

Em 2023, a Fundação ECLT desenvolveu e disponibilizou programas de e-learning e de formação para reforçar as capacidades dos profissionais que combatem o trabalho infantil no setor do tabaco e na agricultura em geral. Estas iniciativas foram concebidas para dotar os profissionais do setor dos conhecimentos e ferramentas necessários para lidar eficazmente com as questões relacionadas ao trabalho infantil nas suas cadeias de abastecimento.

APOIAR AS COMUNIDADES

Implementar soluções baseadas em evidências para acabar com o trabalho infantil nas comunidades agrícolas

Projetos de base local

A Fundação ECLT centra-se na implementação de abordagens integradas de base local em países prioritários identificados através da nossa matriz abrangente de risco por país.

Em 2023, avançámos com as nossas iniciativas para desenvolver soluções sustentáveis, orientadas para a comunidade, para combater e prevenir o trabalho infantil em comunidades agrícolas da Indonésia, Maláui, Moçambique, Tanzânia e Uganda. Como resultado, 52.242 pessoas beneficiaram destes projetos.



Projetos-piloto

Testamos igualmente abordagens e ferramentas inovadoras concebidas para eliminar o trabalho infantil, apoiando a sua avaliação, adoção e expansão em todos os setores. Estes projetos-piloto constituem campos de ensaio cruciais para novas estratégias, assegurando que apenas as soluções mais eficazes são implementadas em maior escala.

Por exemplo, em 2023, continuámos a desenvolver o sistema de monitorização e remediação do trabalho infantil em Moçambique. No Zimbabué, lançámos um mecanismo piloto de queixa destinado ao setor e testámos um sistema de monitorização de práticas de trabalho agrícola entre >2000 produtores independentes.



Promover a colaboração entre as várias partes interessadas a nível comunitário

As ideias de desenvolvimento comunitário facilitam a concretização de ações comunitárias conjuntas, alavancando recursos e coordenando esforços entre as várias partes interessadas. Ao promover a colaboração e através do desenvolvimento de ações e sistemas de medição que se reforçam mutuamente, reforçamos a luta contra o trabalho infantil ao nível das bases.

No Maláui, foi prestado apoio às comunidades para desenvolverem 100 planos de ação com um ano de duração para combater o trabalho infantil e fazer face a normas sociais e de género prejudiciais. Estes planos, que se prolongaram até junho de 2024, incluem campanhas de sensibilização da comunidade, promoção da educação das raparigas, igualdade nas tarefas domésticas, sessões de diálogo sobre o género e debates com os líderes locais sobre a importância de dar oportunidades de educação iguais a rapazes e raparigas.

Investigação e partilha de conhecimentos

A Fundação ECLT promove investigações e organiza plataformas e eventos para partilhar conhecimentos e acelerar a adoção das melhores práticas. Os nossos esforços têm como objetivo eliminar todas as formas de trabalho infantil na agricultura, proporcionando às partes interessadas as mais recentes soluções e conhecimentos baseados em evidências.

Em 2023, financiámos o Instituto de Agromedicina da Universidade da Carolina do Leste e o Serviço Nacional de Estatística Agrícola do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) para realizar uma avaliação de 360 graus do trabalho na agricultura na Carolina do Norte.



No Maláui, solicitámos uma avaliação rápida para determinar se ainda existe o regime de arrendamento na produção de tabaco, não obstante a proibição governamental de 2021, e, se assim for, para compreender junto dos próprios arrendatários e proprietários as razões da sua persistência e o que é necessário fazer para acelerar a transição para o emprego por conta de outrem.

No Zimbabué, apoiámos a investigação dos Conselhos Nacionais de Emprego em setores de elevado risco de trabalho infantil - agricultura, trabalho doméstico, minas comerciais e artesanais - para identificar as causas profundas do trabalho infantil em setores específicos. Esta investigação visa impulsionar ações setoriais específicas para a eliminação efetiva do trabalho infantil, contribuindo assim para os objetivos do Plano de Ação Nacional para as Crianças.



Colaboração com associações de agricultores e sindicatos



A Fundação ECLT identifica e lança iniciativas piloto de interesse comum com associações de agricultores e sindicatos do setor do tabaco. Estas colaborações visam alinhar esforços, partilhar recursos e promover ações coletivas para combater o trabalho infantil no seio do setor agrícola.

Através destes esforços, a Fundação ECLT permanece empenhada em apoiar a implementação de soluções baseadas em evidências, assegurando um progresso sustentável na luta contra o trabalho infantil nas comunidades agrícolas.

Em 2023, participámos na Reunião Geral Anual da Região Africana da ITGA, realizada em Dar es Salaam, na Tanzânia.

No Zimbabué, a iniciativa de investigação com as CNE e o desenvolvimento de listas de trabalhos perigosos para as crianças que apoiámos contou com a participação do GAPWUZ e da Associação do Tabaco do Zimbabué (ZTA), o que permitiu assegurar que as vozes dos sindicatos e dos agricultores fossem ouvidas e tidas em consideração.

No Maláui, o TAMA Farmers Trust e o TOAWUM participaram na avaliação rápida das situações de arrendamento.

DESTAQUES DE 2023

Desde 2011, a Fundação ECLT abrangeu **+1,4 milhões** de crianças, agricultores e famílias.

Aqui estão os nossos destaques de 2023, em que trabalhamos com oito países:

EUA

Guatemala

Indonésia

Maláui

Moçambique

Tanzânia

Uganda

Zimbabué

1 ERRADICAR A POBREZA



+345.000

concedidos a pequenos agricultores e membros da comunidade do Maláui e da Tanzânia.

10.152

jovens membros da YSLA receberam formação em literacia financeira no Maláui.

4.968

jovens foram capacitados em termos financeiros no Maláui, através da participação em grupos VSLA de jovens.



2 ACABAR COM A FOME



+37.800

crianças com acesso a refeições na escola no Maláui, melhorando o desempenho escolar e a segurança alimentar.

87

pequenos agricultores formados na produção de produtos de valor acrescentado em Moçambique.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



100

carteiras escolares entregues em Moçambique.

1.045

crianças e jovens em situação de abandono escolar frequentaram centros comunitários de aprendizagem acelerada no Maláui.

252

professores receberam formação em metodologias de ensino melhoradas e competências de literacia no Maláui e em Moçambique.



5 IGUALDADE DE GÊNERO



4.796

mulheres foram capacitadas em termos financeiros através da participação em grupos de poupança e de crédito no Maláui e em Moçambique.

979

mulheres aumentaram o rendimento do agregado familiar através de formação e participação em grupos de poupança na Tanzânia.



8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO



5.267

crianças retiradas ou impedidas de iniciar trabalho infantil e trabalhos perigosos.

3.310

crianças indiretamente impedidas de iniciar trabalho infantil, através do reforço dos meios de subsistência dos cuidadores.

2.298

crianças concluíram programas de ensino e formação nos domínios técnico e profissional no Maláui e em Moçambique.

2

Códigos de Práticas de Trabalho Agrícola elaborados.

10 REDUZIR AS DESIGUALDADES



42.117

adultos informados sobre os perigos do trabalho infantil e a importância da educação para as crianças.

124

comités comunitários de proteção da criança apoiados no Maláui, em Moçambique e na Tanzânia.



17 PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO



31

membros formais da Parceria para a Ação contra o Trabalho Infantil na Agricultura (PAACLA) na Indonésia.

1

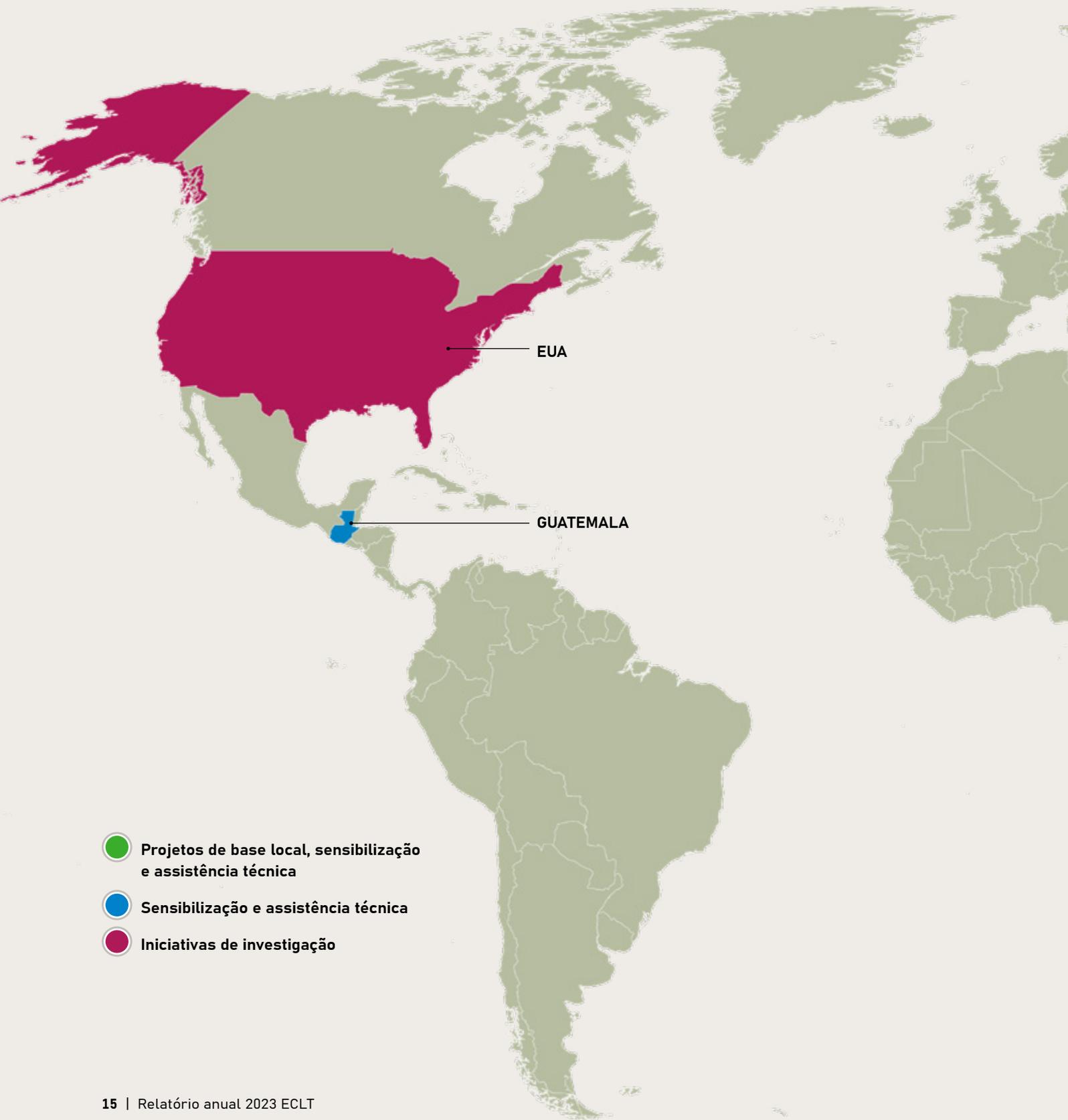
avaliação de base de políticas e práticas sobre o trabalho infantil no setor agrícola realizada.

1

diálogo social tripartido alargado organizado na Tanzânia.

ONDE TRABALHÁMOS EM 2023

Em 2023, a Fundação ECLT apoiou a implementação de projetos integrados de base local, financiou iniciativas de investigação e prestou assistência técnica a governos, empresas e comunidades agrícolas em oito países.





UGANDA

TANZÂNIA

MALÁUI

MOÇAMBIQUE

ZIMBABUÉ

INDONÉSIA

INDONÉSIA

Projeto Acelerar o Impacto das Ações Coletivas

O projeto Acelerar o Impacto das Ações Coletivas contra o Trabalho Infantil (ACCLAIM) na Indonésia, implementado pela JARAK (Jaringan LSM untuk Penanggulangan Pekerja Anak) em estreita coordenação com o Secretariado Nacional da PAACLA Indonésia, centra-se na eliminação do trabalho infantil no setor agrícola.

O projeto, que foi iniciado em julho de 2023, já alcançou marcos significativos, nomeadamente a obtenção de apoio das principais partes interessadas, uma avaliação de base abrangente e a adição de novos membros à Parceria para a Ação contra o Trabalho Infantil na Agricultura (PAACLA). Em 2023, o projeto lançou a sua primeira fase, que se centra na sensibilização a nível nacional. A segunda fase, que envolve a implementação de sistemas de monitorização e remediação do trabalho infantil (CLMRS) a nível comunitário, está prevista para uma etapa posterior.

Avaliação de base e resultados

A avaliação de base, realizada pela PAACLA, o BAPPENAS e o Ministério da Mão de Obra, com o apoio da ECLT, visava avaliar as políticas e práticas de trabalho infantil nos principais subsectores agrícolas. Este processo incluiu um inquérito de autoavaliação dirigido às empresas dos setores do tabaco, do cacau e do óleo de palma para identificar as lacunas existentes e as melhores práticas. Esta avaliação possibilitou o desenvolvimento de planos de melhoria direcionados e a criação de grupos de trabalho para tratar destas questões.

Esforços de sensibilização

Em 2023, o projeto ACCLAIM deu início a várias atividades de sensibilização para reforçar a capacidade do governo de combater o trabalho infantil.

Estas atividades incluíram consultas com o Ministério da Mão de Obra, o BAPPENAS e o Ministério do Empoderamento das Mulheres e Proteção da Criança. Foi assegurado o apoio de ministérios e instituições nacionais essenciais e as funções específicas destes ministérios na implementação do projeto ACCLAIM foram definidas e integradas numa estratégia comum.

Além disso, foram realizados workshops e sessões de formação para reforçar as capacidades dos funcionários governamentais e dos membros da PAACLA, com especial enfoque nas lacunas legislativas e na conduta empresarial responsável para reduzir a dependência das famílias do trabalho infantil no setor agrícola.

História de sucesso

A PAACLA dá as boas-vindas aos novos membros

Criada em 2018, a Parceria para a Ação contra o Trabalho Infantil na Agricultura, com o apoio da ECLT, da JARAK, do BAPPENAS e de várias empresas multinacionais que operam na Indonésia, é uma parceria constituída por diversas partes interessadas que visa harmonizar os esforços do governo, do setor privado e da sociedade civil para reduzir o trabalho infantil na agricultura.

Em 2023, a PAACLA alcançou progressos notáveis na promoção da colaboração e na expansão do número de membros. A reunião anual da PAACLA de 2023 marcou um momento decisivo para a coligação, expandindo a sua rede de forma a incluir novos membros. No final de 2023, a PAACLA era constituída por 28 membros, incluindo cinco instituições governamentais, nove empresas e 14 organizações da sociedade civil. Além disso, várias organizações participam como “partes

interessadas” ou observadores. A inclusão de novos membros este ano reforçou significativamente a participação da PAACLA nos principais processos nacionais e a sua capacidade de fazer face às questões do trabalho infantil numa escala mais alargada.

A diversidade dos membros da PAACLA provou ser uma vantagem significativa, uma vez que reúne um vasto leque de perspetivas e recursos. As instituições governamentais fornecem apoio regulamentar e a harmonização de políticas, as empresas contribuem com conhecimentos e recursos práticos do setor e as organizações da sociedade civil aportam experiência no terreno e competências de sensibilização. Esta combinação reforça a capacidade da PAACLA para implementar estratégias abrangentes e eficazes para combater o trabalho infantil.



MALÁUI

Código de Práticas de Trabalho Agrícola da Indústria do Tabaco

Seguindo as recomendações do inquérito de autoavaliação de 2022 *Políticas e Práticas de Trabalho Infantil no Setor do Tabaco do Maláui* - realizado pela ECLT em colaboração com a Comissão do Tabaco (TC) - a indústria do tabaco uniu-se em 2023 com vista a formar quatro subgrupos de trabalho em matéria de práticas de trabalho agrícola para se debruçarem sobre quatro prioridades fulcrais:



Desenvolver uma definição comum de trabalho infantil, normas mínimas de trabalho infantil e normas mínimas de trabalho forçado para o setor do tabaco.



Desenvolver indicadores comuns e um sistema de medição para acompanhar e comunicar os progressos realizados contra o trabalho infantil a nível da indústria e desenvolver uma base de dados sobre o trabalho infantil para a indústria do tabaco.



Consolidar os materiais de formação e comunicação dos agricultores para distribuir aos contratantes, compradores, leiloeiros, Comissão do Tabaco, Fundo para a Investigação e Extensão Agrícola e organizações de agricultores.



Desenvolver um mecanismo operacional de queixa do setor.

A partir do trabalho consolidado dos subgrupos, a Fundação ECLT prestou assistência técnica e apoio financeiro para o desenvolvimento do Código de Práticas de Trabalho Agrícolas (ALP) do setor. O Código de Práticas de Trabalho Agrícolas (ALP) foi aprovado e adotado oficialmente pela indústria do tabaco em 4 de outubro de 2023, o que assinalou um marco fundamental para a eliminação do trabalho infantil no Maláui.

Na sequência da adoção, a Fundação ECLT concedeu financiamento para o desenvolvimento do manual de formação de práticas de trabalho agrícolas (ALP). O manual de formação guiará os mediadores durante

a formação com os produtores e trabalhadores agrícolas. Além disso, a Fundação ECLT apoiou um curso de formação de formadores para profissionais provenientes de uma secção transversal das partes interessadas do setor, criando assim um grupo de instrutores competentes que podem depois ensinar os materiais aos agricultores.

Em consonância com as convenções fundamentais da OIT e com a legislação do Maláui, o Código de Práticas de Trabalho Agrícolas (ALP) da Indústria do Tabaco define os princípios, práticas e normas de trabalho mensuráveis que a TC espera que sejam cumpridos em todas as explorações de tabaco no Maláui.



1.125

crianças diretamente impedidas de iniciar trabalho infantil.



37.683

crianças receberam refeições escolares em 100 escolas.



21

crianças retiradas do trabalho infantil.



6.862

membros da comunidade aderiram a VSLA ou YSLA.



27.902

membros da comunidade, agricultores e funcionários a nível distrital abrangidos pela sensibilização para os perigos do trabalho infantil e para a importância da educação das crianças.

Projeto PROCLAIM

Em 2023, prosseguiu a implementação do projeto PROCLAIM no Maláui, financiado pela ECLT. O PROCLAIM é um projeto de 4,5 anos implementado nos distritos de Ntichsi e Mchinji pela CARE Malawi, Rays of Hope e a Fundação MicroLoan. Mesmo tendo sido afetado por fortes chuvas provocadas pelo ciclone Freddy, o projeto PROCLAIM alcançou resultados satisfatórios em 2023, incluindo:

- **Aumento de 8,6% das matrículas escolares.**
- **89% das crianças visadas frequentaram a escola 60% do tempo.**
- **97% de taxa de retenção de** crianças com idades entre os 5 e os 14 anos nas 100 escolas abrangidas pelo projeto.
- **Utilização mais eficaz dos recursos de ensino e aprendizagem** e melhoria das competências de gestão da sala de aula dos professores formados.
- **O rendimento médio das famílias visadas aumentou 20%**, bem como o número de meios de subsistência com que podem contar. Verificou-se que um maior número de famílias utilizou os empréstimos dos grupos de poupança ou da Fundação MicroLoan para desenvolver pequenas empresas.
- Graças à participação nas Escolas de Negócios de Campo para Agricultores, foram registados **ganhos em termos de segurança alimentar e diversidade alimentar.**
- **A sensibilização contínua** permitiu que todas as 100 escolas dispusessem de estruturas funcionais de monitorização e comunicação de trabalho infantil e contribuiu para o facto de as famílias terem comunicado a adoção de atitudes e comportamentos favoráveis às crianças e a denúncia do trabalho infantil.



“

História de sucesso

“Estou contente por ter uma segunda oportunidade para fazer algo da minha vida, aprendi muitas competências no CBE, bem como competências profissionais. Adquiri competências muito necessárias e nem sequer preciso de estar empregado.”

Dorothy Samalani, de 17 anos, da aldeia de Nkonkha, no distrito de Mchinji, no Maláui, é uma dos muitos jovens resgatados do trabalho infantil. Como os pais não tinham condições económicas para a manter na escola, Dorothy abandonou a escola há três anos para trabalhar nas terras dos pais em campos de tabaco e de soja. Filha de camponeses e com mais três irmãos, os pais mal conseguiam pôr comida na mesa, quanto mais prover às necessidades escolares dela e dos irmãos.

Em 2021, Dorothy participou numa reunião convocada pelo PROCLAIM que convidava todas as crianças que tinham abandonado a escola a inscreverem-se nos centros de Educação Básica Complementar (CBE) das respetivas áreas. Dorothy inscreveu-se no CBE de Kanongo, onde lhe foi facultado o material escolar necessário. No final do ano, podia optar por regressar à escola primária ou aventurar-se no caminho da formação profissional. Supervisionada por artesãos locais apoiados pelo projeto PROCLAIM, Dorothy optou por seguir a profissão de cabeleireira e frequentou uma formação de cinco meses onde adquiriu competências para abrir um salão de cabeleireiro, cuidar do rosto, relaxar o cabelo, fazer tranças, pintar o cabelo, lavar e definir o cabelo, vaporizar e entrançar vários estilos de penteados. Enquanto esperava pela conclusão do curso, Dorothy conseguiu um emprego num salão de cabeleireiro no Centro Comercial de Nkonkha, onde consegue poupar dinheiro para comprar a sua própria casa e ajuda os pais com uma parte do dinheiro.

MOÇAMBIQUE

Projeto-piloto CLMRS

Desde finais de 2022, a Fundação ECLT tem vindo a implementar um projeto-piloto de sistema de monitorização e remediação do trabalho infantil (CLMRS) em sete comunidades agrícolas rurais localizadas no distrito de Angónia, na província moçambicana de Tete.

Este sistema visa prevenir, identificar, monitorizar e fazer face aos casos de trabalho infantil através do reforço das estruturas de proteção da criança a nível comunitário. Para além de conceber e lançar um sistema deste tipo nesta área, o projeto-piloto presta igualmente assistência direta às crianças identificadas em situação de trabalho infantil.

Em 2023, o projeto continuou a apoiar os Comités Comunitários de Proteção da Criança (CCPC) na monitorização e identificação de trabalho infantil. Foi também fornecido equipamento aos CCPC para facilitar as deslocações, nomeadamente motociclos e bicicletas para monitorizar as explorações agrícolas e fazer visitas às famílias, bem como t-shirts oficiais para garantir que todos os elementos estão bem identificados. No final do ano, os membros dos sete CCPC tinham conseguido registar mais de 2.450 crianças no CLMRS e assinalar 260 casos de trabalho infantil.



Para atenuar os danos causados pelo ciclone Freddy no início de 2023 em duas comunidades abrangidas pelo CLMRS, o projeto concluiu as obras de reconstrução em duas escolas primárias e forneceu-lhes 100 carteiras escolares para assegurar um ambiente de aprendizagem favorável às crianças. Além disso, mais de 1.100 crianças com idades entre os 5 e os 14 anos receberam kits escolares e foi ministrada formação a 24 professores sobre técnicas de ensino melhoradas para impulsionar a literacia e a numeracia dos alunos.

O projeto-piloto CLMRS identificou mais de 1.700 crianças sem certidões de nascimento e ministrou formação em literacia financeira a 87 pequenos agricultores e membros do CCPC. Esta formação incluiu atividades alternativas geradoras de rendimentos e o fabrico de produtos de valor acrescentado.

As certidões de nascimento são necessárias para efetuar a matrícula na escola, o que ajuda a reduzir as taxas de abandono escolar, ao passo que a formação financeira reforça os meios de subsistência dos cuidadores para evitar o trabalho infantil.





2.473

crianças registadas no CLMRS.



1.143

crianças com idades entre os 5 e os 14 anos diretamente impedidas de iniciar trabalho infantil.



147

de 260 crianças com idades entre os 5 e os 14 anos retiradas do trabalho infantil.



14

crianças com idades entre os 15 e os 17 anos foram retiradas de trabalhos perigosos e receberam formação profissional.



109

cuidadores de crianças vulneráveis juntaram-se e formaram associações de poupança e de crédito a nível da aldeia (VSLA).



2.924

membros da comunidade, agricultores e funcionários a nível distrital abrangidos pela sensibilização para os perigos do trabalho infantil e para a importância da educação das crianças.



História de sucesso

Com 25 anos de idade, Cardoso Lúcio Marcelino é professor na Escola Primária de Camilulu e membro do Comité Comunitário de Proteção da Criança. É também o ponto focal do comité responsável pela compilação de todos os dados recolhidos pelo CCPC através de uma aplicação digital e pela sua transferência para o CLMRS.

Depois de participar no anterior projeto financiado pela ECLT na área (ou seja, o Projeto RETRAIA, 2019-2022), Cardoso começou a trabalhar como professor mentor de programas após o horário das aulas na sua escola para evitar que as crianças enveredassem pelo trabalho infantil e, em 2023, tornou-se formalmente o ponto focal do CCPC para os relatórios digitais. Recebeu formação sobre várias questões, tais como a proteção das crianças, o trabalho infantil e as suas piores formas e o casamento infantil, mas também sobre estratégias para a retenção na escola e melhores técnicas de ensino.

“Antes de participar no projeto, não tinha qualquer conhecimento das tarefas consideradas perigosas para as crianças. A minha participação ativa no projeto foi uma aprendizagem contínua (jornada) que fez de mim um homem preparado para contribuir para a luta contra o trabalho infantil e as suas piores formas”.

Cardoso quer continuar a colaborar com o seu CCPC e com a ECLT, e continuar a sensibilizar os seus vizinhos, os colegas professores e as crianças que frequentam a Escola Primária de Camilulu. Está empenhado em melhorar a vida dos membros da sua comunidade e em proteger as crianças do trabalho infantil, sobretudo de trabalhos perigosos, para evitar o impacto negativo na assiduidade e desempenho escolar. Quando questionado sobre o seu conselho para melhorar os resultados do projeto-piloto CLMRS, Cardoso referiu: “a minha sugestão é que o projeto crie as condições necessárias para emitir as certidões de nascimento das crianças da comunidade, de forma a facilitar a continuidade da sua educação quando transitam para o ensino secundário”.

TANZÂNIA

Avaliar as políticas e práticas de trabalho infantil no setor agrícola na Tanzânia

Preocupados com o trabalho infantil na Tanzânia, o Ministério de Estado, Gabinete do Primeiro-Ministro – Trabalho, Juventude, Emprego e Pessoas com Deficiência (PMO- LYED)– ECLT realizaram uma “Avaliação de base das políticas e práticas de trabalho infantil no setor agrícola na Tanzânia” para fazer uma retrospectiva dos principais contratantes e compradores nos setores da castanha de caju, café, algodão, chá, tabaco e sisal na Tanzânia.

A avaliação foi precedida de numerosas consultas entre a ECLT, o PMO-LYED, o Ministério da Agricultura, parceiros sociais, conselhos de culturas e empresas que participam na contratação e compra de produtos agrícolas de base nos subsetores agrícolas da castanha de caju, café, algodão, sisal, chá e cultura do tabaco na Tanzânia. As consultas visavam clarificar a necessidade da avaliação de base, a natureza das perguntas e a forma como os resultados obtidos seriam utilizados. A avaliação de base foi realizada mediante um questionário distribuído a trinta e duas (32) empresas que participam na contratação e compra dos seis produtos agrícolas de base.



Os resultados indicados pela avaliação de base demonstram que os intervenientes nos principais setores agrícolas da Tanzânia variam em termos de maturidade e nas suas abordagens ao trabalho infantil. Esta situação representa um risco sistémico para o conjunto do setor agrícola e para todas as crianças, agricultores e respetivas comunidades na Tanzânia.

Com base nas lacunas identificadas, foram formuladas recomendações gerais e específicas ao Governo da Tanzânia e aos conselhos de culturas dos setores da castanha de caju, café, algodão, chá, tabaco e sisal.

15 das 32 empresas dos setores da castanha de caju, café, chá, tabaco e sisal convidadas para a avaliação, responderam ao questionário.



11 dos 15

inquiridos declararam ter uma política de trabalho infantil.



11 dos 15

inquiridos declararam que observam o dever de diligência em matéria de trabalho infantil nas suas cadeias de abastecimento.



11 dos 15

inquiridos declararam que providenciam ou colaboram em ações de remediação.

Diálogo social



A Fundação ECLT apoia o diálogo social através do financiamento de reuniões anuais dos principais ministérios governamentais e de organizações de trabalhadores e de empregadores. Em 2023, o Fórum para o Diálogo Social foi realizado na região de Tabora, na Tanzânia.

O Fórum revisitou os principais desafios enfrentados pelo processo nacional dos sistemas de monitorização do trabalho infantil na Tanzânia, previamente identificados pelas partes interessadas nacionais, nomeadamente a) coordenação/harmonização limitada, b) recursos inadequados para a monitorização, c) acompanhamento limitado dos dados e da informação, d) criação e gestão da base de dados sobre trabalho infantil, e) medidas correspondentes adotadas até à data pelas instituições responsáveis para fazer face aos desafios.

Como resultado, foram acordados durante o Fórum pontos de ação para um maior reforço do processo CLMS por parte das partes interessadas.

Além disso, as conclusões da “Avaliação de base das políticas e práticas de trabalho infantil no setor agrícola na Tanzânia” foram apresentadas à assembleia pela ECLT em sessão plenária, antes da constituição de grupos de trabalho para a sua revisão e alteração.

Todas as recomendações propostas no relatório de base foram formalmente aprovadas pelos participantes no fórum. O governo e os conselhos de culturas expressaram a sua prontidão para trabalhar nas recomendações propostas para os seus respetivos setores e mostraram abertura para receber orientações adicionais e apoio técnico a este respeito. Esta iniciativa abriu o caminho ao estabelecimento de parcerias frutuosas com o governo e com diferentes conselhos de culturas.

A ECLT, através dos seus parceiros TDFT e TAWLAE, está a implementar o projeto PROSPER RESET desde 2021. Entre outras, as iniciativas do projeto incluem grupos de poupança, escolas agrícolas modelo e formação em competências. Além disso, o projeto gere um fundo de microcréditos a partir do qual os grupos têm acesso a fundos para financiar as suas atividades empresariais. A equipa do projeto PROSPER RESET assegura a sensibilização adequada dos beneficiários sobre a existência e os benefícios do fundo, o processo de candidatura e os requisitos gerais para aceder aos créditos.



1.740

crianças com idades entre os 5 e os 17 anos foram indiretamente impedidas de participar em intervenções de subsistência associadas ao trabalho infantil com os seus cuidadores.



4.503

membros da comunidade, agricultores e funcionários a nível distrital abrangidos pela sensibilização para os perigos do trabalho infantil e para a importância da educação das crianças.



1.124

famílias registaram um aumento do rendimento devido à participação nos diferentes grupos apoiados pelo projeto.

Um total de aproximadamente

331.000 USD

em poupanças foi mobilizado por 56 VSLA.

Quase

58.000 USD

foram desembolsados em microcréditos a 14 VSLA através do fundo de microcréditos do projeto.



História de sucesso

Um microcrédito de 1.304 USD permitiu a Dastan Tanganyika, da aldeia de Ukondamoyo, abrir uma nova empresa de vestuário.

Anteriormente, Dastan tinha uma pequena loja onde vendia café produzido localmente. A nova empresa proporcionou um aumento do rendimento, uma vez que deixou de depender do rendimento sazonal proveniente das atividades agrícolas e da jardinagem durante as estações secas. A mudança de rendimento permitiu melhorar o nível de vida da família.

O novo capital concedido pelo microcrédito também lhe permitiu expandir as suas atividades agrícolas, tendo plantado dois hectares de amendoeiras e girassóis como culturas de rendimento nesta estação das chuvas. Dastan espera poder aumentar o rendimento com a colheita destas culturas.

Com o aumento do rendimento proveniente da nova empresa, consegue também sustentar quatro filhos, dois na escola primária e dois na escola secundária. Começou também a amortizar o empréstimo e, depois de o pagar na totalidade, tenciona pedir outro empréstimo para expandir a empresa e adquirir mais ativos.

UGANDA

Filial estabelece parceria com a OIT para reforçar a capacidade do governo

Em 2023, a nossa filial no Uganda, a Eliminação do Trabalho Infantil na Agricultura (ECLA), estabeleceu uma parceria com a OIT na implementação do projeto “Reforço da capacidade do governo para combater o trabalho infantil e/ou o trabalho forçado e as violações das condições de trabalho aceitáveis na África Subsariana” (CAPSA).

No final do ano, a ECLA tinha atingido vários marcos importantes:



6

conselhos submunicipais nos distritos de Hoima, Kikuube e Masindi adotaram legislação contra o trabalho infantil e outras formas de abuso de crianças.



3

distritos foram apoiados com o desenvolvimento de recursos e ferramentas para fazer cumprir a legislação sobre trabalho infantil.



280

grupos da associação de poupança e de crédito a nível da aldeia (VSLA) foram articulados com instituições financeiras formais, criando deste modo inclusão e sustentabilidade financeira.



1

empresa açucareira recebeu apoio técnico para desenvolver a sua própria política de trabalho.



Colaborou com a Federação dos Empregadores do Uganda (FUE) para reforçar a capacidade de

78

prestadores de serviços de primeira linha, incluindo:

- Responsáveis distritais pelo trabalho
- Responsáveis distritais pelos estágios e bem-estar
- Polícia, unidades de proteção da família e da criança
- Magistrados
- Líderes dos conselhos locais
- Responsáveis pelo desenvolvimento comunitário.

Os prestadores de serviços de primeira linha são responsáveis por responder aos casos de trabalho infantil e de trabalho forçado.



44

crianças retiradas do trabalho infantil e reintegradas na escola.

GUATEMALA

Apoiar a aprendizagem relacionada com o trabalho dos jovens das comunidades rurais

Desde 2014, a Fundação ECLT colabora com o Governo da Guatemala e o Município de San José La Máquina para criar oportunidades de trabalho digno para crianças com idade superior à idade mínima de admissão ao emprego nas comunidades rurais. O projeto visa dotar os jovens trabalhadores, aumentando deste modo as suas possibilidades de transitar do trabalho infantil perigoso para um trabalho digno.

Em 2023, a Fundação ECLT continuou a prestar apoio financeiro ao Centro de Emprego do Município de La Máquina. Este apoio permitiu que o município estabelecesse uma ligação entre as crianças com idade superior à idade mínima de admissão ao emprego e as oportunidades de aprendizagem relacionadas com o trabalho. Esta iniciativa ajuda os alunos a fazer a transição da escola para um mundo do trabalho seguro.



EUA

Avaliação de 360 graus do trabalho na agricultura na Carolina do Norte

Na prossecução do nosso compromisso de promover a investigação e a inovação sobre a eliminação do trabalho infantil na agricultura, a Fundação ECLT colabora com a Universidade da Carolina do Leste e com agências governamentais, grupos de produtos agrícolas de base, empresas e organizações da sociedade civil da Carolina do Norte. Pretendemos, em conjunto, lançar luz sobre as disposições relativas ao trabalho agrícola no setor agrícola da Carolina do Norte, identificando as melhores práticas e potenciais ângulos mortos.

No final de 2023, o Serviço Nacional de Estatísticas Agrícolas (NASS) do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) realizou um inquérito a 1.379 produtores selecionados aleatoriamente, que abrangeu mais de uma dúzia de produtos agrícolas de base.

Adaptada dos recursos humanos, a avaliação de 360 graus visa obter feedback de uma diversidade de pontos de vista, recorrendo a abordagens quantitativas e qualitativas.

O projeto de investigação foi gerido por um Grupo Consultivo do Projeto com representação das partes interessadas do setor agrícola, incluindo o governo, associações de produtos agrícolas de base e organizações da sociedade civil responsáveis pela regulamentação, educação, apoio e defesa dos produtores, trabalhadores agrícolas e suas famílias.

ZIMBABUÉ

Estabelecimento de normas mensuráveis em matéria de trabalho e de direitos humanos no Zimbabué

A Fundação ECLT está empenhada em melhorar progressivamente as normas de trabalho e de direitos humanos no setor agrícola.

Em 2023, a ECLT prestou assistência técnica e financiamento ao Conselho da Indústria e Comercialização de Tabaco (TIMB) para definir normas mínimas em matéria de trabalho e de direitos humanos a observar em toda a indústria do tabaco no Zimbabué. Elaborado mediante um processo de consulta participativa, o Código de Práticas de Trabalho Agrícolas do TIMB tem por base a legislação do Zimbabué e as convenções fundamentais da OIT.

O Código estabelece os parâmetros de referência a observar em todas as explorações de tabaco no Zimbabué em relação ao trabalho infantil, trabalho forçado, trabalho seguro, rendimento e horário de trabalho, liberdade de associação e direito à negociação coletiva, não discriminação e cumprimento da lei.

Em 2023, a ECLT apoiou igualmente a formação de formadores no âmbito do Código de Práticas de Trabalho Agrícolas (ALP) no Zimbabué. Um total de 46 mestres formadores provenientes de uma secção transversal da indústria do tabaco frequentaram a formação de formadores. Além disso, a Fundação apoiou o Ministério dos Serviços Públicos, Trabalho e Assistência Social (MoPSLSW) e o TIMB na apresentação do Código como uma boa prática ao Conselho Nacional de Emprego para a Indústria Agrícola.



“A nossa ambição é que este Código estimule mais melhorias, cumprimento e colaboração, e dê um novo impulso ao nosso objetivo comum: a eliminação de todas as formas de trabalho infantil e de outros abusos laborais nas zonas onde o tabaco é cultivado”.



Innocent Mugwagwa,
Diretor Executivo, Fundação ECLT



“As práticas de trabalho agrícolas servem de guia para as normas mínimas de trabalho, incluindo o trabalho familiar e o trabalho contratado, nas explorações de tabaco, em leilões e em fábricas no Zimbabué. Fornece também uma referência em relação à qual todos os tabacos do Zimbabué devem ser avaliados para efeitos de cumprimento a nível mundial.



Espera-se que todas as partes interessadas apliquem este Código de forma diligente e transparente para assegurar a eliminação progressiva do trabalho infantil e do trabalho forçado, melhorar as condições sociais e laborais e defender os direitos humanos nas explorações de tabaco”.

Emmanuel Matsvaire,
CEO em exercício, TIMB

Visita de intercâmbio de conhecimentos ao Brasil

Em 2023, a Fundação ECLT promoveu uma visita de intercâmbio com a duração de cinco dias ao Brasil de altos representantes da indústria do tabaco do Zimbabué e do Ministério dos Serviços Públicos, Trabalho e Assistência Social (MoPSLSW). Constituída por altos funcionários do TIMB, da Associação de Exportadores de Folha de Tabaco do Zimbabué, do Conselho de Investigação do Tabaco, da Associação de Tabaco do Zimbabué e do MoPSLSW, o principal objetivo da visita de intercâmbio foi a promoção da aprendizagem e a facilitação do intercâmbio de conhecimentos, experiências e melhores práticas de sustentabilidade no setor do tabaco.



No Brasil, a delegação do Zimbabué foi recebida pelo SindiTabaco e visitou Santa Cruz do Sul, uma das principais regiões produtoras de tabaco do Brasil. Entre os compromissos da delegação constavam reuniões com várias empresas de tabaco, associações de produtores, produtores e visitas a explorações agrícolas e fábricas.

De acordo com um relatório preparado pela delegação do Zimbabué, as principais lições retiradas da visita de intercâmbio ao Brasil incluem, entre outras:

- **A indústria do tabaco pode desempenhar um papel significativo** na resolução de questões ambientais, sociais e de governação (ESG) diretamente através da associação de comerciantes, nomeadamente através da implementação e financiamento de soluções práticas em matérias como o trabalho infantil e programas ambientais.
- **As associações de produtores podem desempenhar um papel mais proeminente** na implementação e coordenação dos esforços ESG de todo o setor, na aquisição de fatores de produção, equipamento e alfaias. Assim, é essencial que as partes interessadas do setor invistam no reforço das capacidades das associações de produtores legítimas.



“Durante a visita de intercâmbio, adquiri conhecimentos preciosos sobre questões ambientais, sociais e de governação na indústria do tabaco. Vou aplicar este conhecimento para melhorar continuamente o nosso trabalho, com o intuito de maximizar o impacto positivo do tabaco nas comunidades”.



Rhoda Mavuka,
Diretora Executiva de Produção e Operações,
Conselho de Investigação do Tabaco de Kutsaga



ACOMPANHAR OS NOSSOS PROGRESSOS

rumo ao objetivo para 2027

Em 2023, a Fundação ECLT adotou uma nova estratégia que visa duplicar a sua atual escala e impacto até ao ano de 2027. A concretização deste ambicioso objetivo exigiu que a ECLT estabelecesse uma plataforma robusta e transparente para acompanhar e comunicar os progressos alcançados em relação ao plano estratégico. A este respeito, no último trimestre do ano, a ECLT adotou uma nova plataforma digital online de fácil utilização denominada Toladata.

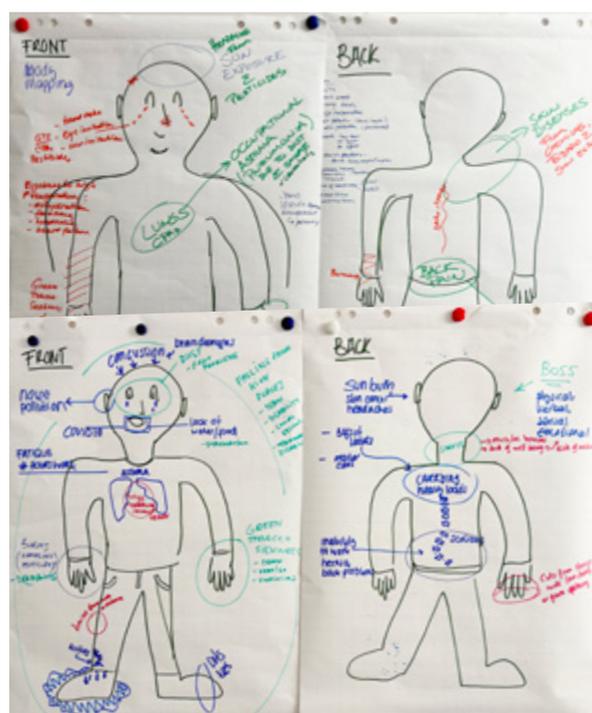
Toladata

A plataforma digital aloja e agrega dados referentes a todos os projetos da Fundação, incluindo projetos de base local, operações, sensibilização, comunicações e e-learning. Em 2023, a ECLT trabalhou no sentido de tornar a plataforma totalmente operacional e importou dados de projetos anteriores e atuais. Foi ministrada formação à equipa sobre o funcionamento da plataforma, em especial sobre a importação de dados.



Formação em avaliação e gestão de riscos em matéria de saúde e segurança no local de trabalho

Em setembro de 2023, o Secretariado da ECLT concluiu com sucesso uma formação de três dias sobre a avaliação e a gestão de riscos em matéria de saúde e segurança no trabalho (SST). Esta formação foi ministrada por Peter Hurst, especialista em saúde, segurança e questões relacionadas com o trabalho, no escritório da ECLT em Genebra. Peter Hurst traz uma experiência muito rica para a formação, já que trabalhou anteriormente com a Organização Internacional do Trabalho, o Fundo Mundial para a Natureza, o Sindicato Internacional de Trabalhadores da Alimentação e da Agricultura e como inspetor do trabalho do governo e da segurança na agricultura no Reino Unido. Beneficiando da sua vasta experiência, a formação visava familiarizar o pessoal da ECLT com as questões comuns de saúde e segurança prevalentes nas explorações agrícolas, bem como dotá-lo das competências necessárias para avaliar e responder adequadamente a esses riscos.





“

“Sob a orientação de Peter Hurst, explorámos a intrincada panorâmica dos desafios relacionados com a saúde, a segurança e o trabalho. Desde a aplicação de pesticidas ao acesso a água potável, a nossa jornada na Gestão de Riscos Agrícolas ajudou-nos a compreender melhor as especificidades e os aspetos práticos da Avaliação de Riscos de SST e da Gestão de Riscos. Demonstrou o papel vital de assegurar um ambiente de trabalho seguro e protegido, tanto para as crianças como para os adultos”.

Ludivine Richner
Responsável pelos programas
Fundação ECLT



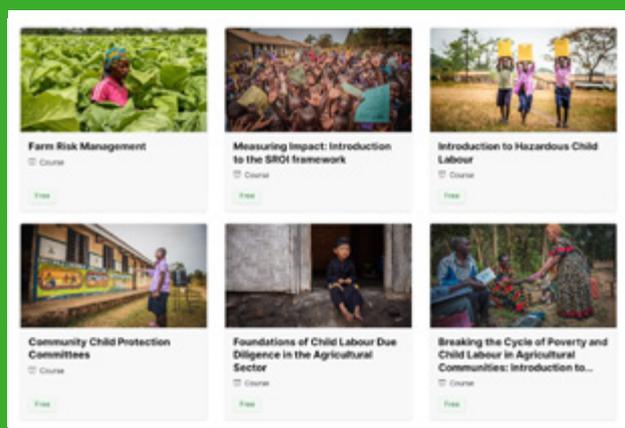
A NOSSA PLATAFORMA DE E-LEARNING

O trabalho infantil na agricultura é uma questão complexa e um ator isolado não conseguirá quebrar o ciclo. Para terem impacto e sustentabilidade, os esforços para eliminar o trabalho infantil na agricultura exigem ações de colaboração transfronteiriças e intersetoriais, bem como uma sólida compreensão do problema.

Em 2023, lançamos a nossa plataforma de e-learning, que oferece oportunidades de aprendizagem aos profissionais que trabalham em áreas como a sustentabilidade e o trabalho infantil no tabaco e na agricultura em geral.

O objetivo principal da plataforma de e-learning da ECLT é reforçar a capacidade dos governos, das empresas e das comunidades agrícolas para atingir a meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030.

A nossa série de cursos de introdução gratuitos, pretende desenvolver conhecimentos e competências fundamentais sobre o trabalho infantil na agricultura e definir o quadro básico para que as partes interessadas tomem medidas isoladamente ou em colaboração com outros atores.



Em 2023, a plataforma de e-learning da ECLT contribuiu significativamente para a missão da Fundação com o desenvolvimento de sete cursos.

Expansão da oferta de cursos

A plataforma ampliou o seu currículo de modo a incluir novos cursos sobre temas avançados relacionados com a prevenção do trabalho infantil, práticas empresariais responsáveis e o envolvimento da comunidade.

Aumento da participação

O número de utilizadores registados aumentou substancialmente, contando com profissionais de vários setores, incluindo o governo, ONG e grupos do setor, que se inscreveram e concluíram os cursos.

Ferramentas de aprendizagem interativas

A plataforma integrou novas ferramentas interativas, como webinars, fóruns de discussão e sessões de perguntas e respostas (Q&A) em direto com especialistas, para aumentar a participação e permitir uma aprendizagem mais profunda.

Avaliações do impacto

Foram implementados inquéritos e mecanismos de feedback para avaliar o impacto da formação no trabalho dos participantes. Os resultados revelaram uma melhoria assinalável na capacidade de os participantes implementarem estratégias eficazes de prevenção do trabalho infantil.

Estes progressos sublinham o compromisso da Fundação ECLT em capacitar os profissionais com as ferramentas e os conhecimentos necessários para erradicar o trabalho infantil, no sentido de garantir um ambiente mais seguro e mais justo para as crianças nas comunidades agrícolas.

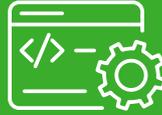


PRINCIPAIS NÚMEROS



7

cursos online



5

webinars técnicos



1.242

inscrições nos cursos



1.140

formandos
concluíram 100% dos
cursos em que se
inscreveram



+65.000

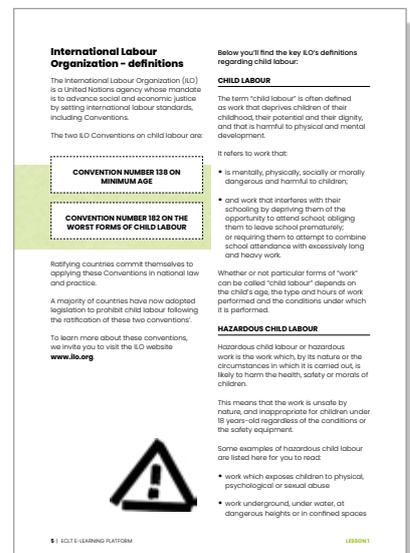
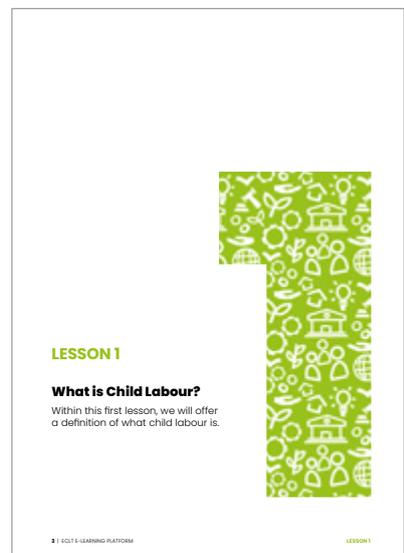
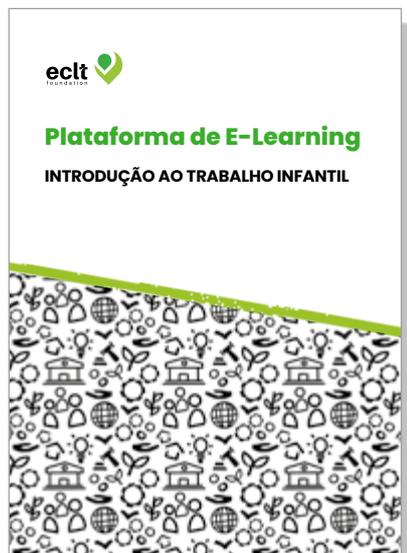
utilizadores de 174
países



273

certificados atribuídos

Em 2024, a Fundação ECLT vai expandir a oferta de cursos e fornecer livros de exercícios com os módulos de e-learning, assegurando aos formandos o acesso total aos conteúdos e um espaço estruturado para tomarem notas, com vista a aprofundar a compreensão e a retenção de conhecimentos.



CONTAS FINANCEIRAS DE 2023

Balanço USD

2023

ATIVOS

Caixa e equivalentes de caixa	4.155.768
Outros ativos correntes	253.718
Ativos não correntes	71.291
	4.480.776

PASSIVO E CAPITAL

Passivo de curta duração	216.713
Fundos restritos	370.868
Capital e Fundos de Reserva	
Capital da Fundação	180.690
Fundo sem restrições acumulado	4.299.200
Alocado a / (Libertado de) fundos sem restrições	-586.695
Subtotal do capital e fundos de reserva	3.893.195
	4.480.776

Receitas e despesas USD

RECEITAS

Contribuições sem restrições	3.683.271
Contribuições restritas	370.868
Total das receitas	4.054.139

DESPESAS

Programa:

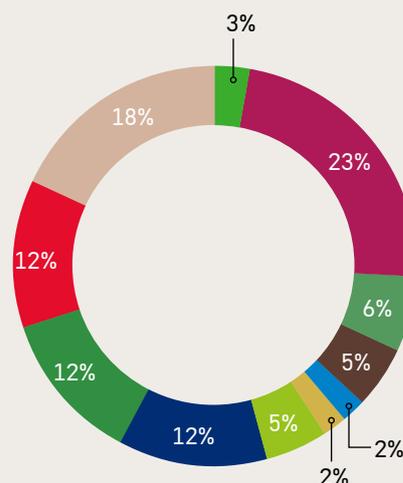
Proteger: Atividades de Políticas e Sensibilização	-821.689
Respeitar: Atividades de compromisso	-653.685
Reparar Atividades de projeto e investigação	-2.044.443
Despesas totais do programa	-3.519.817
Despesas operacionais	-789.137
Despesas totais	-4.308.954

Receitas financeiras	101.219
Despesas financeiras	-62.230
Resultado antes da variação dos fundos	-215.827
((Alocado a) / Libertado de fundos restritos	-370.868
Resultado anual antes da alocação ao capital	-586.695
(Alocado a) / Libertado de fundos sem restrições	586.695
Resultado líquido do exercício	0

O relatório de auditoria de 2023 foi assinado pela RSM em maio de 2023. As Demonstrações Financeiras serão submetidas ao Conselho da Fundação para aprovação em junho de 2024.

País/Despesas da atividade

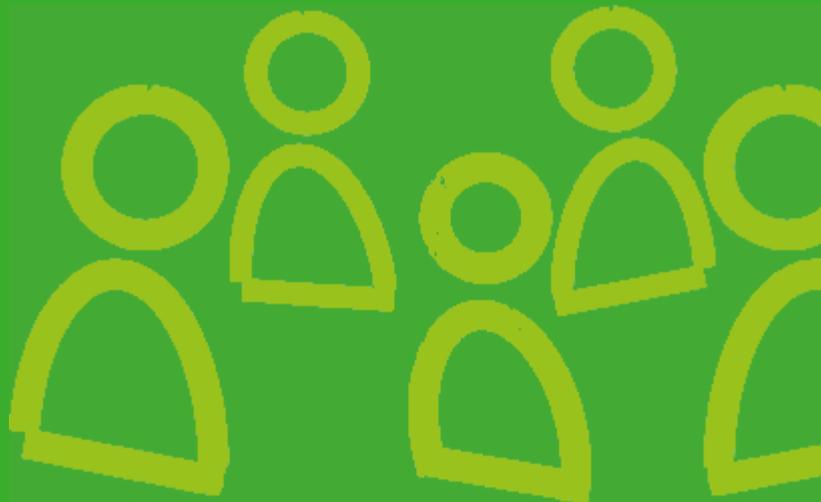
EUA	2%
Guatemala	<1%
Indonésia	3%
Maláui	23%
Moçambique	6%
Tanzânia	5%
Uganda	2%
Zimbabué	5%



Mundial - Proteger	12%
Mundial - Respeitar	12%
Mundial - Reparar	12%
Custo do apoio	18%



A FUNDAÇÃO ECLT



Membros da equipa

Innocent Mugwagwa
Diretor Executivo

Franck Archinard
Gestor Financeiro

Irena Manola
Gestora de Operações

Ludivine Richner
Responsável pelos Programas

Mathilde Berger
Responsável pelos Programas

Nataliya Prongué
Diretora de Programas

Roi Fernández Agudo
Gestor de Programas

Víctor Díaz
Gestor de comunicação

Consultores não executivos

Organização Internacional do Trabalho
Conselheiro técnico designado
Benjamin Smith

Avaliadores externos

Agricultural Research and Extension Fund (ARET)

Cirele Indonesia

Centre for Development Management (CDM)

Auditores externos

RSM Audit Switzerland SA

Membros do Conselho de Administração

Michiel Reerink
Presidente da ECLT

Maria Reymão
Tesoureira da ECLT

Anthony Jackson

Carsten Roll

Charlie Watson

Eduardo Jardim

Mathew Wilde

Mercedes Vazquez

Mette Valentin

Simon Steyne

Song Wang

Tony Dunnage

Tracy Oates

Contribuidores

Alliance One international, Inc.

British American Tobacco Holdings

Contraf-Nicotex-Tobacco GMBH

Hail & Cotton Inc.

Imperial Brands, PLC

International Tobacco Growers Association

Japan Tobacco international & Japan Tobacco Inc.

Landewyck Tobacco

Premium Tobacco

Scandinavian Tobacco Group

Swedish Match

Universal Corporation

A Fundação ECLT

Na Fundação ECLT, trabalhamos para catalisar o poder dos Estados, das empresas e das comunidades agrícolas na ação coletiva para eliminar todas as formas de trabalho infantil na agricultura.

Defendemos a necessidade de políticas fortes, partilhamos as melhores práticas para multiplicar o nosso impacto e envolvemos famílias rurais, para que possam beneficiar da agricultura, garantindo ao mesmo tempo que os seus filhos se mantêm saudáveis, escolarizados e que são encorajados a alcançar o seu pleno potencial.

Uma vida melhor para as **crianças, agricultores e famílias.**

Visite a nossa plataforma de e-Learning: www.learn.eclt.org

Visite o nosso site: www.eclt.org

A Fundação para a Eliminação do Trabalho Infantil no Cultivo do Tabaco (ECLT) dedica-se a promover e apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho infantil, tal como definidas nos instrumentos pertinentes da Organização Internacional do Trabalho, nas comunidades produtoras de tabaco.

A Fundação ECLT é uma organização suíça independente sem fins lucrativos, registada e a desenvolver a sua atividade em conformidade com a legislação aplicável da Confederação Suíça. Não obstante a Fundação valorize o apoio dos seus contribuidores financeiros, as políticas, posições e ações da ECLT refletem exclusivamente a sua missão. Como tal, as políticas, posições e ações da Fundação não devem ser interpretadas como aprovação, promoção ou representação das posições, atos e omissões de qualquer um dos seus contribuidores ou da indústria do tabaco. Além disso, a Fundação não fala nem atua em nome dos seus contribuidores financeiros ou da indústria do tabaco.

A Fundação ECLT valoriza a transparência, a responsabilização, a sustentabilidade e a integridade no seu trabalho e está empenhada em contribuir para o objetivo mundial comum de uma economia rural próspera, sem qualquer forma de trabalho infantil.